

editorial

Neste mês de agosto retomamos a discussão da violência doméstica e sexual que cresce à luz impunidade. A sociedade e os operadores do Direito precisam ser sensibilizados e chamados à responsabilidade sobre as conseqüências da impunidade de assassinos de mulheres e agressores. Nesse sentido, trazemos como contribuição ao debate um artigo de Maria Amélia Teles que aborda as conseqüências da aplicação da Lei 9099/95 que banaliza a violência contra a mulher.

Lembramos ainda, com indignação, que ao completar um ano do assassinato da jornalista Sandra Gomide, seu assassino conquistou *habeas corpus* e goza do privilégio dos poderosos: a liberdade. Não é caso isolado. O promotor Igor Silva, assassino de Patrícia Longo, apesar de condenado, se valeu de subterfúgios que polícia e Judiciário lhe permitiram para fugir. Fomos surpreendidas com entrevista de seu pai e advogado em noticiário da TV Globo declarando que ele se encontra em lugar seguro, não foragido! Desafio frontal às instituições do direito e demonstração de poder e privilégio. Exigimos o fim da impunidade!

Como continuidade da discussão da questão racial, trazemos o depoimento da teórica feminista negra bell hooks, sobre gênero e raça, relatando a necessidade desse debate para uma abordagem feminista anti-racista.

SOF



Camille Claudel

A Violência Doméstica e a Lei 9.099/95

por Maria Amélia de Almeida Teles*

As políticas e serviços públicos de atendimento às mulheres em situação de violência são frutos de ações e lutas constantes dos movimentos feministas do mundo inteiro desde os anos 70. Reivindicam o reconhecimento de direitos, o repúdio à discriminação e à submissão e a promoção da cidadania e da dignidade.

Com a criação das delegacias policiais para as mulheres, a violência de gênero passa a ter visibilidade e aparecem as primeiras estatísticas oficiais, mesmo que precárias. Apareceram também as denúncias de violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes. Embora ainda sub-notificada e sem registro em muitas áreas, a violência contra a mulher já não pode deixar de ser reconhecida.

Mais um passo foi dado quando o tema foi introduzido na área acadêmica,

aprofundando-o e trazendo novos conhecimentos sobre as causas e as formas de enfrenta-lo. Evidenciaram-se as relações desiguais entre homens e mulheres, subalternas ao poder masculino. Introduziu-se o conceito de gênero que mostra que não são naturais e nem fundadas nas diferenças biológicas, as discriminações e a prática da violência. São os papéis sociais impostos a homens e mulheres que determinam relações agressivas, hierárquicas, onde prevalece o poder masculino sobre o feminino, discriminando metade da população. A professora de Antropologia da UNB, Lia Z. Machado, conclui que na relação entre homens e mulheres, "o sexo masculino quer o controle, o desejo de ter, o desejo de não perder, o desejo de que as mulheres nada queiram a não ser eles próprios".

As pesquisas realizadas no Brasil ou

continuação da capa

em outros países apontam maior incidência da violência doméstica nas relações entre casais, causando lesões provocadas por espancamentos e ameaças de morte. São em grande parte lesões aparentemente de natureza leve. Os agressores visam dominar a mulher, mantê-la sob o seu controle. Representam 60 a 80% dos casos atendidos em serviços públicos. As vítimas sofrem, em sua maioria, a violência cronicada – tanto física como psicológica.

Infrações de menor potencial ofensivo para quem?

A partir da Lei 9.099/95, que criou os Juizados Especiais Criminais e Cíveis, visando facilitar o acesso à justiça e o aceleração dos atos processuais, quando a pena máxima não seja superior a um ano ou valor da causa civil não seja mais do que quarenta salários mínimos, os casos de violência doméstica, considerados de natureza leve, passaram a ser encaminhados para aquele juizado (JECRIM). Isto porque este juizado recebe os crimes considerados de menor potencial ofensivo. A violência doméstica passa a ser tratada como algo menor, sem quase nenhuma importância, “infrações penais de menor potencial ofensivo”.

Essa lei prevê a reparação de danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade. O agressor não vai ser preso. A pena alternativa pode ser, por exemplo, uma cesta básica para uma entidade social, como forma de reparar o dano que cometeu contra a mulher.

A lei visa estabelecer a conciliação entre a vítima e o agressor, em condições extremamente artificiais, em frente a uma autoridade judicial – que, na maioria das vezes, não chega a realizar uma audiência com a vítima e o agressor. Conclui-se, de maneira apressada, simplificada, sem permitir uma maior reflexão dos envolvidos sobre a situação de violência em que estão vivendo.

A celeridade torna mais grave a situ-

Camille Claudet



ação porque, de um modo geral, os profissionais envolvidos não compreendem a natureza da violência doméstica e suas implicações nas relações de gênero. A mulher denuncia um agressor com o qual ela vive ou viveu, na intimidade, com vínculos afetivos. Portanto, não se trata de um agressor qualquer. É aquela pessoa que conhece muito bem sua vítima, seus medos e pontos vulneráveis e que já vem exercendo um domínio sobre ela.

Há de se levar em conta também o fenômeno cíclico da violência doméstica que vai desde a fase de tensão, que, aumentando cada vez mais, chega a transformar-se em violência aberta. Passando essa fase, vêm o arrependimento, a reconciliação até que o ciclo volta a se repetir. Pode-se chegar a uma situação de violência tão acirrada que as conseqüências poderão ser mais desastrosas: um braço quebrado, um deslocamento de retina, uma lesão no crânio ou o assassinato.

Banalização da violência contra a mulher

Saberá o aplicador da lei detectar em que fase se encontra o relacionamento de um casal que vive num clima de violência? Mas o problema não é só este. Há ainda as precárias condições em que funciona o Juizado Especial Criminal.

Ainda não foram devidamente instalados no Estado de São Paulo. Um dos poucos que estão instalados na cidade, encontra-se na Zona Leste, em Itaquera. Num primeiro balanço deste juizado, já constatarem que 80% dos casos referem-se à violência contra a mulher.

Quando se trata de uma mulher que tem sido freqüentemente espancada pelo marido, companheiro ou namorado, ela sai da audiência, com a nítida sensação de que mais uma vez “fracassou” na vida e de que não valeu de nada a denúncia. Ao contrário, o agressor sai da audiência, vitorioso: “eu não disse pra você que não ia dar em nada?”. A vítima sai frustrada, temerosa de que a violência possa continuar se repetindo. A violência doméstica, que tem adquirido um “status de visibilidade”, sofre um retrocesso, com a aplicação dessa lei, por ser banalizada, como se bater em mulher fosse algo sem nenhuma importância.

Cresce a denúncia da violência, demonstrando o quanto a mulher tem mudado seu comportamento, deixando de lado a subalternidade e tomando iniciativa de maneira independente.

Torna-se imprescindível que sejam colocadas, em execução, políticas públicas capazes de promover a cidadania das mulheres. Reivindicamos que os casos de violência sejam atendidos de maneira integral, considerando aspectos de saúde, de orientação sexual, de faixa etária, sociais, étnico-raciais, culturais, econômicos e jurídicos. Sem deixar, contudo, de realizar um trabalho educativo fundamentado na educação e no processo de comunicação.

Dentre as diversas iniciativas que devem ser tomadas pelo Poder Público, impõe-se a criação de uma Vara para o atendimento dos casos de violência doméstica e sexual. Está mais do que na hora de por em prática as medidas assinadas pelo governo brasileiro em congressos internacionais para defender os direitos humanos das mulheres e da população.

* A autora é diretora da União de Mulheres de São Paulo e coordenadora do Projeto Promotoras Legais Populares.

Raça e Gênero

por bell hooks*

Nenhuma intervenção mudou mais a face do feminismo americano do que a demanda de que as pensadoras feministas reconhecessem a realidade de raça e racismo.

No início dos anos 70 escrevi o primeiro rascunho do *Eu não sou uma Mulher: Mulheres Negras e Feminismo*. Eu tinha 19 anos. Tinha vindo de uma cidade racialmente segregada, no sul da Universidade de Stanford. Enquanto cresci resistindo ao pensamento patriarcal, a faculdade foi o lugar em que eu abracei a política feminista. Foi ali, como a única mulher negra presente nas classes feministas, num despertar de consciência, que comecei a engajar-me teoricamente em raça e gênero. Foi ali que comecei a exigir reconhecimento da maneira pela qual preconceitos raciais estavam moldando o pensamento feminista e exigir por mudanças. Em outros locais, algumas mulheres negras estavam fazendo a mesma crítica.

Questionar a supremacia branca

Naqueles dias, mulheres brancas estavam relutando em encarar a realidade do racismo. Erradamente, elas nos viam como se estivéssemos nos desviando da questão gênero. Na verdade, estávamos exigindo que olhássemos para o status das mulheres, realisticamente, como fundamento de uma política feminista real.

Nós aspirávamos colocar no lugar uma política concreta de solidariedade. Sabíamos que não haveria irmandade real entre mulheres brancas e mulheres de cor se elas não fossem capazes de se privarem da supremacia branca, se o movimento feminista não fosse fundamentalmente anti-racista.

Quebrar a negação sobre raça ajudou as mulheres a encarar a realidade da diferença em todos os níveis. E estávamos finalmente colocando no lugar,



um movimento que não coloca os interesses de classe, de mulheres privilegiadas, especialmente mulheres brancas, acima dos direitos de todas as outras mulheres. Não houve movimento contemporâneo por justiça social onde participantes se engajaram na troca dialética que ocorreu entre pensadoras feministas sobre raça que conduziram a repensar muito da teoria e prática feminista. O fato de que os participantes no movimento feminista poderiam deparar-se com críticas e desafios e ao mesmo tempo permanecer sinceramente comprometidos com uma visão de justiça, liberação, é uma prova da força e do poder do movimento

Desafios práticos

Acima de tudo, o pensamento feminista e a teoria feminista beneficiou-se de todas as intervenções críticas sobre a questão de raça. A parte problemática foi transpor a teoria em prática. Enquanto as mulheres brancas incorporaram uma análise de raça numa erudição mais feminista, essas percepções não tiveram tanto impacto no dia a dia das relações entre mulheres brancas e mulheres de

cor. Mulheres brancas e mulheres de cor trabalharam com dificuldade para abrir espaço, onde laços de solidariedade política podiam fazer emergir a necessidade de dividir os métodos e estratégias que empregamos com sucesso. Não é dada quase nenhuma atenção ao relacionamento entre meninas de raças diferentes. Mulheres eruditas preconceituosas, que tentam mostrar que meninas brancas são um tanto mais vulneráveis às condições sexistas do que as meninas de cor, simplesmente perpetuam o conceito de supremacia branca de que mulheres brancas, requerem e merecem mais atenção a seus assuntos e doenças do que outros grupos. De fato, enquanto meninas de cor podem manifestar comportamentos diferentes do que as contrapartes brancas, elas não estão apenas internalizando as condições sexistas, estão sim mais propensas a serem vitimadas pelo sexismo de maneira irreparável.

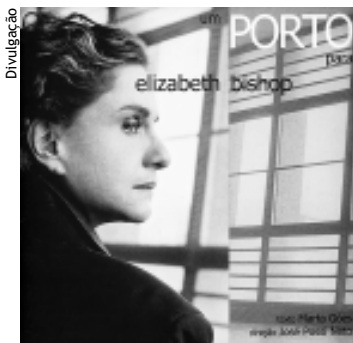
Feminismo anti-racista

O movimento feminista, especialmente o trabalho de ativistas negras visionárias, prepara o terreno para a reconsideração de raça e racismo que teve impacto positivo em nossa sociedade como um todo. Raramente, as críticas sociais correntes reconhecem esse fato. Enquanto teórica feminista que escreveu extensivamente sobre a questão de raça e racismo dentro do movimento feminista, sei que ali permanece muito, que necessita ser desafiado e mudado, mas é igualmente importante celebrar a enorme mudança que ocorreu. Aquela celebração, entendendo nossos triunfos e utilizando-os como modelos, significa que eles podem tornar-se o fundamento saudável para a construção de um movimento feminista de massa baseado no anti-racismo.

* bell hooks - tradução de parte do cap. Gênero e Raça In: *Feminism is for Everybody (Feminismo é para Todos, 2000)*

Um porto para Elizabeth Bishop

por Maria Lucia Silveira



Nessa peça sobre a poeta americana Elizabeth Bishop (1911-1979) a jornalista e escritora Marta Góes evita o tom informativo e documental e empreende, com sucesso, outro caminho: “*minha tarefa foi ouvir a respiração e a voz daquela mulher das fotografias e das cartas, imaginar sua travessia rumo à sobrevivência*”. O desvendamento daquela poeta que viveu e escreveu parte de seus poemas em Samambaia, Petrópolis, nos anos 50 e 60 e despertava a curiosidade local sobre a vizinha que ganhou o Pulitzer, um dos maiores prêmios da literatura, se manifesta nos versos da personagem.

Num monólogo, Regina Braga nos faz vislumbrar poemas e a sensibilidade

que fez Elizabeth Bishop ser incluída entre as melhores poetas do último século. A peça mostra sua trajetória da depressão ao florescimento, nos 15 anos em que morou no Brasil. Trata também de uma avassaladora paixão entre Bishop e sua amiga brasileira Lota Macedo que fez com que uma simples passagem turística pelo Rio criasse raízes e elos fortes. A coragem de assumir um relacionamento homossexual escandalizou a elite da época que, por fim, teve que aceitar a quebra de regras a partir de uma serena imposição da leitura da liberdade e criatividade que sua história traçou. Por isso, ao assistir ao espetáculo, sentimos o clima que as tornaram ícones da libertação da mulher e saímos com vontade de ler com urgência seus poemas.

FICHA TÉCNICA:

UM PORTO PARA ELIZABETH BISHOP

Autora: Marta Góes

Atriz: Regina Braga

Direção: José Possi Neto

Teatro: SESC Anchieta/SP

Em breve, nas principais capitais

o que rola

Um ano da morte de Sandra Gomide: Impunidade à sombra do poder

Dia 20 de agosto faz um ano que a jornalista Sandra Gomide foi assassinada friamente pelo poderoso jornalista Antonio Pimenta Neves. Após mobilizações, comoção social e protestos das sociedade e das feministas, que rendeu alguns meses de cadeia ao poderoso, Pimenta obteve *habeas corpus*. De nada adiantaram argumentos, protestos, abaixo-assinados etc. O STF continua cego e surdo para a justiça quando a vítima é mulher.

Para remarcar a data e debater a gravidade da situação, a Associação Justiça para Sandra Gomide (na qual a SOF e a União de Mulheres participam), o Comitê Estadual da Marcha Mundial de Mulheres contra a pobreza e a violência sexista, convocaram uma coletiva de imprensa em conjunto com o Sindicato dos jornalistas e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo, dia 17/08, às 14 horas, no Plenário Tiradentes, na Câmara Municipal.

Nós mulheres, continuamos indignadas e vamos reforçar a luta contra a impunidade. Não deixe de falar, escrever, denunciar em todos os meios de comunicação em que seja possível e nos espaços públicos. A sociedade brasileira precisa dizer basta!

folhafeminista

nº 26 agosto de 2001 ISSN 1516-8042

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Butto, Francisca Rocicleide da Silva (Roci), Helena Bonumá, Ivete Garcia, Márcia Camargo, Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha), Maria Ednalva Bezerra de Lima, Maria Emília Lisboa Pacheco, Maria de Fátima da Costa, Maria Otília Bocchini, Martha de la Fuente, Mary Garcia Castro, Matilde Ribeiro, Raimunda Celestino Macena e Tatau Godinho.

A folha feminista, ISSN 1516-8042, é um boletim da SOF na luta feminista. Este número tem apoio financeiro da ICCO.

EQUIPE EDITORIAL

Diretora Responsável: Nalu Faria

Editora: Maria Lucia Silveira

Projeto Gráfico: Alexandre Bessa

Diagramação: Márcia Helena Ramos

Fotolito: Input

Impressão: RWC Artes Gráficas

Tiragem: 1.000 exemplares

Número avulso: R\$1,50



SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

Assinatura anual (10 números): R\$15,00

Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros
05417-080 – São Paulo – SP

Tel/fax: 3819-3876

Correio Eletrônico: sof@sof.org.br

Página na internet:

<http://www.sof.org.br>

próximos números

- GÊNERO NOS LIVROS DIDÁTICOS
- DEBATES FEMINISTAS NA EUROPA ATUAL